

Espaço e as redes de interdependência na produção da invisibilidade da exploração sexual infanto-juvenil feminina

Almir Nabozny



Este texto é resultado de uma investigação ampla realizada no âmbito do Grupo de Estudos Territoriais (GETE), sobre o fenômeno da exploração sexual infanto-juvenil feminina, tendo como referencial empírico de análise a cidade de Ponta Grossa, PR.¹ Durante os dois anos de investigação, nos aproximamos de forma simultânea das fontes oficiais do Estado e das adolescentes que viviam ou frequentavam as instituições de proteção. Essa dupla perspectiva do fenômeno permitiu constatar contradições

1 A operacionalização da pesquisa que originou este artigo envolveu as seguintes ações: a) observação sistemática de pontos de prostituição adulta; b) análise de processos na Vara da Infância e da Adolescência, Comarca de Ponta Grossa; c) leitura de registros de ocorrências do Conselho Tutelar Oeste, após o ano de 1990; d) entrevistas com profissionais adultas do sexo; e) entrevistas com profissionais que trabalham em instituições cujo público-alvo são adolescentes e crianças; f) diálogos com profissionais de segurança pública; g) interlocução com agentes comunitárias do Programa Saúde da Família; e h) investigação junto às crianças e adolescentes institucionalizadas em abrigos (Casa Santa Luiza de Marillac e Associação de Promoção à Menina – APAM), a partir de entrevistas semiestruturadas, com estímulos de imagens e de expressão corporal e visual. Essas diversas frentes de trabalho são complementares na compreensão do fenômeno investigado e reforçam a validação metodológica.

entre as concepções e ações desenvolvidas pelo Estado e o universo cotidiano em que se desenrolam as trocas de práticas sexuais por recursos materiais envolvendo as adolescentes foco da investigação.² Em trabalhos anteriores, como em Nabozny (2007), alertamos para a incapacidade do Estado de desenvolver políticas públicas para combater essas práticas, por várias razões. Primeiro, pelas ações do Estado na escala local, que, justificadas de forma equivocada pela visão universalista da legislação federal, negligenciam a diversidade social, impossibilitando o reconhecimento da realidade socioespacial vivenciada pelas crianças e adolescentes que protagonizam os casos estudados. Segundo, pela visão hegemônica de passividade em que são enquadradas as adolescentes, dificultando a compreensão social de suas táticas, desejos e disposições. Por último, apontamos que o Estado, ao primar por estratégias de ação na coibição do fenômeno da exploração sexual comercial infanto-juvenil pautado na lógica da prostituição adulta, mostra-se inoperante e pouco eficaz no tratamento do fenômeno.

Com base nessas contradições, estabelecemos um recorte para este trabalho. Objetivamos explorar as experiências vivenciadas pelas adolescentes, abordando o fenômeno da exploração sexual comercial de forma relacional e destacando o caráter ativo de seu comportamento, notadamente pelo desenrolar de suas espacialidades sociais, que acabam por compor e complexificar o perfil e a permanência do fenômeno estudado.

Existem controvérsias a respeito da denominação a ser empregada para caracterizar a mercantilização de práticas sexuais envolvendo trocas entre crianças e adolescentes com clientes e facilitadores. Nesse sentido, é importante justificar nossa posição em adotar a expressão “exploração sexual comercial infanto-juvenil” para identificar este fenômeno, a que outros autores se referem como “prostituição infanto-juvenil”.³

A exploração sexual comercial que envolve crianças e adolescentes é bastante ampla, Ela envolve o mercado de pedofilia, o turismo sexual, a pornografia infantil e também a mercantilização de práticas sexuais, foco deste trabalho. Nossa postura se deve, em primeiro lugar, à atitude reflexiva sobre as experiências no campo investigativo durante o contato com as adolescentes que colaboraram com a pesquisa.

2 Foram consideradas adolescentes pessoas com idade entre 12 e 18 anos, conforme o Código Civil Brasileiro em vigor.

3 Para aprofundar a abordagem das polêmicas em torno dos termos que identificam o fenômeno em tela, ver Gomes (1994, 1996); Gomes, R; Minayo, M. C. S.; Fontoura, H. A. (1999); Leal (1999); Faleiros e Campos (2000), Hazeu & Fonseca (1998), entre outros.

Em nenhum momento, embora reconhecessem as trocas de práticas sexuais por recursos materiais, elas se autoidentificaram como prostitutas, tampouco afirmaram estarem exercendo a atividade da prostituição. Assim, consideramos que utilizar o termo “prostituição” em nossa abordagem do fenômeno seria uma forma de produzir um rótulo social com o qual elas não estão identificadas, e optamos, então, por considerar suas próprias categorias discursivas.

Em segundo lugar, ainda que reconhecendo a postura ativa das adolescentes na mercantilização de trocas sexuais, consideramos que elas agem a partir de um contexto de vivências que envolve uma série de direitos sociais violados por nossa sociedade, dificultando outras opções de vida, de modo que elas são credoras de uma imensa dívida social, que deve ser reparada. O termo “exploração”, a nosso ver, é mais apropriado, porque, ao compor as redes de relações de poder que constituem o fenômeno, elas sofrem desvantagens em relação aos demais agentes em interação, notadamente porque vivenciam essas experiências sexuais em uma fase da vida em que são pouco capazes de medir as consequências de suas opções de vida em longo prazo.

O estudo está organizado em duas seções. Na primeira, focamos as intertextualidades que conformam as redes de interdependência, que podem assumir várias configurações no fenômeno da exploração sexual comercial infanto-juvenil. Na segunda seção desenvolvemos uma reflexão a respeito do paradoxo da produção da invisibilidade, que produza a perpetuação do fenômeno em tela e, assim, cada vez mais desafia as ciências sociais com sua crescente complexidade.

Intertextualidades e redes de interdependência na exploração comercial infanto-juvenil feminina

O fenômeno da exploração sexual comercial infanto-juvenil envolve o encontro de pessoas desiguais, que estabelecem trocas. Cada uma delas carrega consigo suas próprias realidades socioespaciais, que se confrontam numa rede de relacionamentos envolvendo expectativas, desejos e poder. Duncan (2004) nos alerta que cada grupo social institui seus próprios textos urbanos. O autor vale-se da palavra “texto” para expressar a ideia de que a cidade, tal qual um texto escrito, pode ser lida e percebida de formas diferentes. Assim, quando os grupos sociais se encontram, textos urbanos oriundos de diferentes interpreta-

ções e vivências da cidade também entram em intersecção, produzindo aquilo que ele chama de intertextualidade.

A intertextualidade que compõe o fenômeno da exploração sexual comercial infanto-juvenil feminina se vincula, neste trabalho, com as redes de interdependências de que trata Elias (1994a). As pessoas estão em constantes relações, que articulam, num eterno movimento, as dimensões microespacial e macroespacial decorrentes dos tensionamentos provocados pelo exercício do poder. Contudo, os pretensos posicionamentos duais promovidos pelo discurso hegemônico são móveis, constantemente tensionados, como afirma este autor. O tensionamento se dá pelas perspectivas das pessoas que estão em relação, ativando, de forma diversa, os mesmos elementos.

A prática sexual do homem mais velho que recompensa materialmente uma criança ou adolescente pobre do sexo feminino pode constituir significados diferentes para os dois. Para ele, pode significar uma prova de superioridade masculina o fato de manter relações sexuais com uma pessoa jovem, e para ela pode significar conquistas materiais num contexto de extrema precariedade. Desse modo, cada um deles pode significar a prática com ganhos relativos. Esse é um importante aspecto a ser considerado nas redes de interdependência, mesmo porque o modelo entre explorado e explorador é superado quando a perspectiva adotada é aquela dos agentes da configuração. Ainda que se entenda que cada uma das pessoas pode construir perspectivas de vantagens nessa relação, a configuração estabelecida impõe às crianças e adolescentes pobres do sexo feminino as consequências que perpetuam sua situação de fragilização social.

A realidade, como afirma Corrêa (2005), é plural, constituída por heterotopias, e os múltiplos significados que dão sentido à vida cotidiana são produzidos por grupos sociais em seus contextos históricos e espaciais específicos. A infância e adolescência pobre é formada de conteúdos diferentes do padrão adotado pela ordem do discurso hegemônico burguês, mas, de forma complementar e contraditória, contém também a ordem estabelecida. As relações imbricam elementos que constituem a existência social das pessoas, as quais formam redes e acionam elementos compositores de processos complexos pluridimensionais que tensionam localizações de agentes em redes, como gênero, classe, idade e espaço geográfico, como explica Rose (1993), ao tratar do conceito de espaço paradoxal.

O confronto entre o feminino e o masculino nas redes de interdependência da exploração sexual comercial infanto-juvenil não é estático, e o gênero deve ser compreendido como um “conceito/representação”, como afirma Silva (2007), com base na concepção de gê-

nero performático de Butler (1993). A identidade de gênero, segundo Butler (2003), é exercida pela performatividade, e esse fato implica um mecanismo que a condena inexoravelmente à mudança. Isso porque a identidade de gênero é uma representação que, para existir, efetiva-se concretamente por meio do ser humano em suas práticas espaciais em determinado tempo.

Nesse sentido, o exercício do gênero feminino que compõe as redes de interdependência que pesquisamos é interseccionado pela classe e pela idade, e as adolescentes desenvolvem táticas, conforme explica Certeau (1996), para agir em relação às estratégias hegemônicas impostas pela sociedade. Para este autor, as táticas se traduzem pela astúcia, o drible dado pelos fracos mediante práticas cotidianas por entre as brechas do poder estratégico.

As redes aqui analisadas envolvem representações de gênero vivenciadas pelo espaço/tempo por pessoas que também articulam e agregam outros elementos, como idade, renda, escolaridade e acesso às normas de Estado. As relações entre as pessoas podem ocorrer mediante o acionamento de vários elementos identitários ao mesmo tempo, superando a visão simplista e homogênea de papéis de gênero. A configuração em tela é específica; ela envolve pessoas marcadas por elementos que são acionados em redes particulares. O fenômeno da exploração sexual comercial infanto-juvenil apresenta uma pluralidade de configurações. Apesar disso, há elementos repetitivos que as conformam, como as características das pessoas envolvidas. São homens mais velhos, que recompensam materialmente crianças e adolescentes pobres do sexo feminino por práticas sexuais. Nas buscas efetivadas para esta pesquisa, não foram encontrados registros de outras configurações envolvendo esse perfil masculino de alta renda recompensando materialmente crianças ou adolescentes em troca de práticas sexuais, ou ainda, mulheres mais velhas pagando crianças e adolescentes pelas mesmas práticas, por exemplo. Os elementos marcantes da configuração envolvem o poder que articula identidades de gênero, recursos materiais e o espaço geográfico.

A vivência do espaço urbano extrapola as fronteiras do espaço privado, da casa. As relações entre os diferentes grupos confrontam significados e práticas que instituem as teias da cidade-texto. As meninas vivenciam a prática da exploração sexual comercial infanto-juvenil fora do espaço da residência da família. As entrevistas realizadas⁴ apontam

4 É importante lembrar que as falas das meninas foram estimuladas por cartazes por elas elaborados com recortes de revistas. Houve três importantes eixos de estimulação do discurso: relações familiares, relações com a cidade e relações de amor e sexo. Técnica inspirada em Sellitz (1987). Os nomes são todos fictícios, como propõe Italo Calvino (2002). Assim, sempre que aparecer o mesmo nome, é a mesma pessoa a que nos referimos.

que os espaços públicos são fundamentais para a manutenção das práticas sexuais em troca de recompensas.

A rua e a casa são duas dimensões escalares que se encontram. Criam um espaço de contraste, ou, como afirma Santos (1988), perfazem antíteses complementares. A rua, como elemento estruturante do espaço urbano, *locus* de encontro, trocas e muitos usos, espaço didático de aprendizado, pois “na rua está o transitório, o ambíguo, o excitante e o perigoso. Na casa, o estável, a certeza da própria identidade” (SANTOS, 1988, p. 89). A rua permite a troca de códigos e de comunicações. As ruas são “também unidades de alto significado para quem sabe reconhecê-las. Uma rua é um universo de múltiplos eventos e relações” (SANTOS e VOGEL, 1985, p. 23-24).

Para as meninas, a rua é descrita com entusiasmo. Representa o encontro com os amigos e a diversão, em contraste com a casa, concebida como hierarquia, ordem e proteção. As falas denotam uma forte atração pela rua e a opção pela ausência de casa. Os relatos que se seguem são marcados também pelo desajuste temporal de suas vivências entre a rua e a casa.

Eu não falo assim de piá pra ela [falando da mãe], falo pra elas [amigas]. E a gente assim conversa, passeia. Assim fica distraída, se diverte. Conhecer gente nova. [...] Daí eu fiquei na rua tipo assim, chegava muito tarde. Daí minha mãe ficou preocupada. [...] Ficava com eles [amigos]. Ficava assim. Uma hora ia pra casa, outra hora não ia. Às vezes posava na casa de uma amiga. (Entrevista concedida por Armila, mediante o estímulo de imagens).⁵

E onde eu moro tem a minha amiga [nome]. A gente saía junto e ia lá no centro e se encontrava com as outras. Daí a gente ficava, daí tinha vez que eu saía de casa e voltava só no outro dia de manhã. Daí minha mãe ficava preocupada, né? Porque eu nunca dizia aonde eu ia. Se eu dizia que ia num lugar, eu ia ao outro. Daí minha mãe sempre ficava preocupada. (Entrevista concedida por Cloé, mediante o estímulo de imagens).⁶

Importante ressaltar que em nenhum momento a rua foi significada como espaço de perigo, medo ou estranheza pelas meninas. Pelo contrário, falavam da preocupação das mães como algo infundado, sem ameaças concretas a elas. Vivenciar as ruas da cidade coloca as meninas no encontro com outros grupos sociais. Os corpos que cir-

5 Entrevista concedida a Joseli Maria Silva em 3/5/2007, na Marillac, em Ponta Grossa.

6 Entrevista concedida a Joseli Maria Silva em 3/5/2007, na Marillac, em Ponta Grossa.

culam pela cidade carregam consigo marcas de suas espacialidades, desde vestimentas a formas de se comunicar, andar e olhar. São corpos significantes, lidos e interpretados, conforme afirma McDowell (1999). Os corpos carregam marcas, de modo que um corpo pode facilmente ser reconhecido como “um corpo da periferia pobre”. Isso porque as práticas discursivas elaboradas culturalmente são desempenhadas pelos corpos, que representam diferenças de gênero, classe, sexualidade, faixas etárias, em negociações espaciais de poder.

Os corpos femininos, adolescentes e pobres são abordados por homens mais velhos, que são assim descritos pelas meninas:

Muitas vezes chegam perguntando o nome, onde você mora, se tem namorado, se interessa sair com ele. Já vamo reto ao assunto. Oferecem dinheiro. Pra mim já ofereceram, eles perguntaram. Até um dia chegou um home pra mim: “Vocês preferem sair com esses rapazes novo que não pagam nada pra vocês. Em vez de sair comigo”. Eles sempre faziam foguinho pra gente sai com eles. (Entrevista concedida por Cloé, mediante o estímulo de imagens).

Eles chegam assim falando você é tão bonita, como eu queria ser mais novo, né? Eles falam vamos ficar aqui trocando ideia. [...] A maioria oferece dinheiro. Mas com a gente. Vamos sair. Vamos marcar um encontro. E a gente. Eles dizem coisa que vão atçar. (Entrevista concedida por Armila, mediante o estímulo de imagens).

Os códigos de aproximação entre essas duas pessoas são de uma paquera convencional, em que os homens valorizam a estética feminina e seus atributos, ao mesmo tempo em que ostentam seu próprio poder econômico. Os elementos de posse, como os carros, estão presentes em suas falas, constituindo fatores de atração, juntamente com a sensação de ser desejada e cortejada. Quando questionadas sobre os ganhos envolvidos na relação estabelecida, elas destacam os ganhos materiais.

Muitas vezes que eu via que eles davam dinheiro, ou eles davam [pausa] uma ordem nas lojas pra elas comprarem roupas, pra elas. E eu acho que elas saíam por causa disso, por causa do dinheiro. (Entrevista concedida por Cloé, mediante o estímulo de imagens).

A maioria oferece dinheiro. [...] ganham os presentes, né? Roupa, presente, maquiagem, brinco. Até mesmo tem uma que eu conheço, que ela sai com homem e eles pagam tudo – tatuagem, pircing essas coisas tudo, sabe? (Entrevista concedida por Armila, mediante o estímulo de imagens).

[...] elas saíam com o dono da farmácia, era porque ele deu um celular pra ela. Um celular novo, ela escolheu o modelo tudo. E ela acabou ficando com ele por causa disso. E ele poderia ser de idade, mas não aparentava, sabe? E ele gostava dela. Só que ela não. Então ela pensa também em tirá vantagem. (Entrevista concedida por Sofrônia, mediante o estímulo de imagens).⁷

A relação se estabelece na sutileza dos códigos da conquista, escamoteando as relações desiguais que estão em jogo – a troca de práticas sexuais por recompensas materiais. As meninas têm consciência dos elementos colocados em jogo e procuram tirar vantagens da situação, que o homem mais velho pode lhes proporcionar. Contudo, os afetos são evocados em relações de outra ordem, na relação entre adolescentes. Inclusive, muitas vezes, o homem mais velho se constitui na fonte de recursos para ambos os adolescentes, já que a menina, ao obter recursos, divide com o namorado. As meninas demonstram que sabem jogar na rede de interdependências que se estabelece, num modelo social que localiza o masculino como possuidor de um natural apetite sexual incontrolável e de recursos materiais capazes de proporcionar conforto. O feminino, por sua vez, é legitimado por elas como o elemento que ardilosamente provoca os “instintos naturais masculinos”, manejando os códigos de sexualidades corporais. O trecho abaixo evidencia uma legitimação das relações em rede em que é a própria menina quem busca a prática sexual e requer a recompensa material, absolvendo, de certa forma, as ações masculinas.

Esses caras mais velhos, a menina tendo bunda, tendo peito, eles estão indo. Daí a menina passa rebolando perto deles. Daí tem muitas meninas, que nem elas. A maioria das vezes elas saem com saínhas mostrando as pernas. Daí que home não vai ficá assanhado? Daí elas passavam perto deles, daí eles já [...] (Entrevista concedida por Cloé, mediante o estímulo de imagens).

Imaginemos estas mesmas pessoas em uma configuração em que a dimensão espacial fosse a residência da menina ou do homem. Ou ainda, a mesma rua, proporcionando encontros entre o mesmo homem e uma menina bem vestida e que exibisse marcas de posses econômicas. Em qualquer configuração, a relação sexual não se daria, porque estariam rompidas as teias que colocam estas pessoas em redes de interdependência.

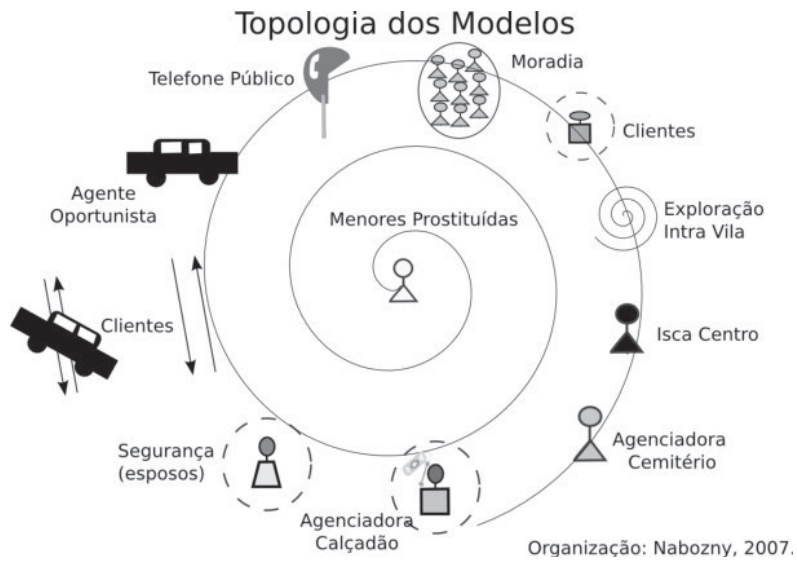
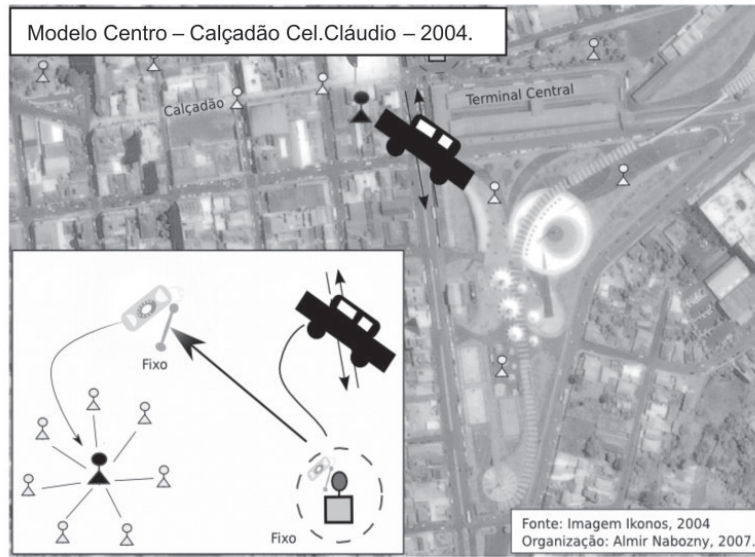
É importante frisar que, embora elas reconheçam as trocas materiais por práticas sexuais com homens que não são objeto de amor

⁷ Entrevista concedida a Joseli Maria Silva em 10/5/2007, na Marillac, em Ponta Grossa.

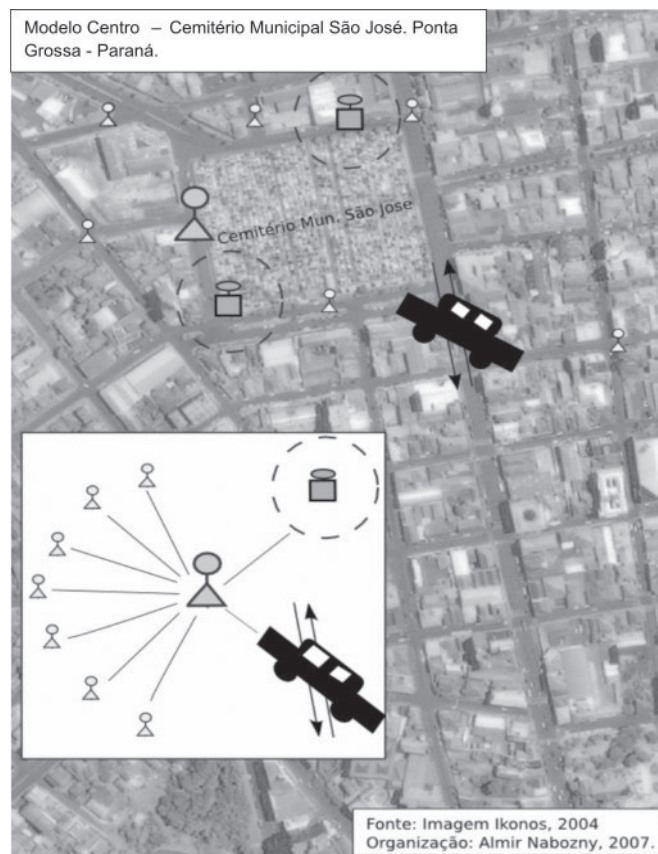
ou paixão, em nenhum momento as meninas pronunciaram a palavra “prostituição”. É justamente esse jogo sutil que escamoteia a exploração, que torna difícil sua detecção pelos procedimentos adotados por órgãos estatais. Gomes (1996), em seu livro sobre a exploração sexual comercial infanto-juvenil feminina, faz, desde o título, uma distinção entre o corpo na rua e corpo da rua. Para esse autor, há um grande equívoco em atribuir a exploração sexual comercial a todos os corpos infanto-juvenis femininos que vivem nas ruas, evidenciando muitas diferenças de atuação das meninas. Todavia, os corpos de meninas pobres nas ruas significam algo que é interpretado por outras pessoas, e certamente, não há ofertas de dinheiro a uma menina que esboce ter posses materiais. Essa é uma das evidências dessa transitividade espacial, e outro elemento é a sutileza das abordagens, o que deixa mais complexa a caracterização ou atuação por assédio.

As relações que se estabelecem são complexas e envolvem amigas, pessoas que abordam e donos de estabelecimentos comerciais que, via dimensão espacial, viabilizam a exploração sexual comercial infanto-juvenil. O espaço geográfico é elemento fundamental na configuração do fenômeno, que se expressa de diversas formas. Para revelar a dimensão espacial do fenômeno, foram elaborados, com base em entrevistas, alguns tipos de redes de interdependências em que as práticas sexuais das meninas são requisitadas e capitalizadas.

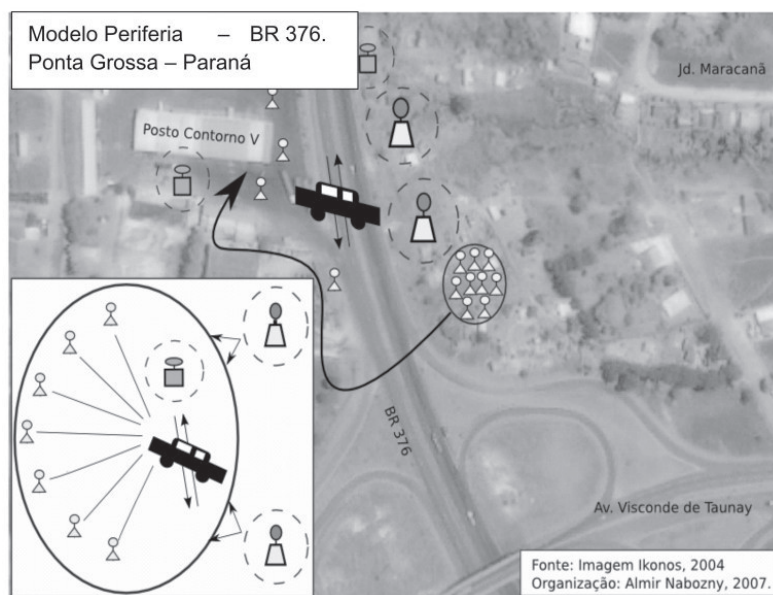
O primeiro modelo foi construído juntamente com um Profissional da Segurança Pública (PSP). A polícia, segundo ele, atua em duas frentes: uma de geração de evidência-crime (inteligência) e outra em que se buscam provas criminais (ou não) de atividades e fatos levantados como suspeitos na fase de inteligência. A configuração se enquadra na primeira fase da ação. Trata de uma ocorrência no ano de 2004. É protagonizada por uma adolescente “esperta”, que funcionava como isca ao abordar meninas pobres que transitavam pelo centro da cidade, oferecendo a elas vantagens econômicas em troca de práticas sexuais. Quando ela persuadia uma menina, elas se dirigiam a um telefone público. Um agenciador e, às vezes, “usuário” da rede, observava as meninas, provavelmente de um prédio, numa visada vertical. Ele realizava o chamado e as meninas atendiam ao telefone, pelo meio do qual o destino da menina era traçado para a efetivação da prática sexual. Algumas vezes, um carro passava e encaminhava a menina para tomar um banho e depois fazer o programa. O telefone nunca tocou quando os “PSPs patrulharam” em suas proximidades.



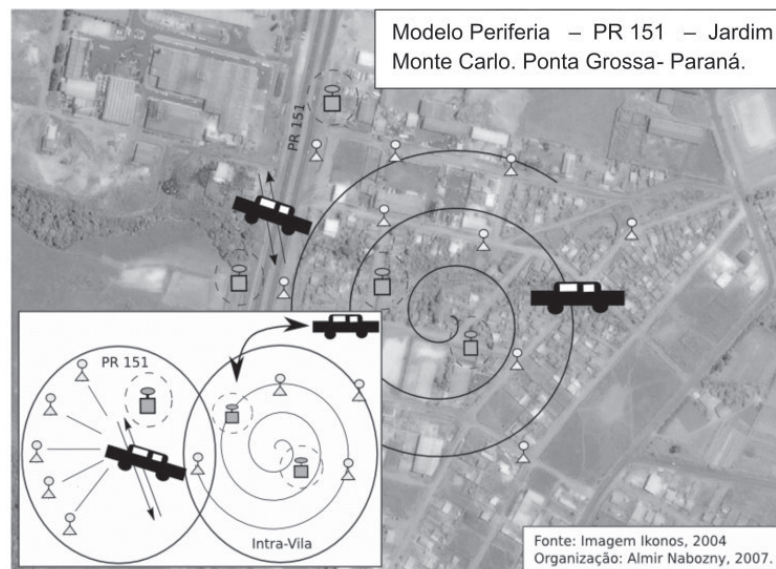
Outro modelo foi traçado com a ajuda de uma ex-profissional do sexo que atuava nas adjacências do Cemitério Municipal São José, conhecida área central de prostituição da cidade de Ponta Grossa, PR. Uma prostituta adulta recebia solicitações por parte de clientes para agenciar menores com quem mantinha contato na periferia pobre da cidade. As meninas ficavam rondando o centro da cidade, com um telefone celular, à espera de um chamado. A prostituta aliciadora recebia pelo trabalho que realizava. Em geral, os clientes apanhavam as meninas de carro e se dirigiam a locais pouco suspeitos, inclusive fazendo o programa dentro do carro, em estacionamentos de supermercados, no período do dia. Esses arquétipos apresentam espacialidades fluidas, móveis e instáveis, em que a rede se configura de forma sutil, ágil e de difícil caracterização, por causa da pequena fixidez do fenômeno.



Outra rede de interdependências foi construída juntamente com Agentes Comunitárias do Programa Saúde da Família lotadas em Postos de Saúde em proximidades de rodovias que articulam as periferias pobres. Elas relatam que prestam atendimento a famílias em que ocorre prostituição adulta e também, segundo elas, infanto-juvenil. O fenômeno está intimamente associado ao uso de drogas, e as meninas, embora menores de idade, já têm relações maritais. A configuração se estabelece com a ação do próprio companheiro, que faz a “segurança” do local, para que as adolescentes ofereçam práticas sexuais por dinheiro aos caminhoneiros e, eventualmente, para outros homens que trafegam na rodovia e adjacências. Portanto, o marido funciona como uma espécie de cafetão, agenciando a companheira, que, ao obter a renda da prática sexual, sustenta o consumo do casal, inclusive de drogas.



Por fim, com a ajuda da agente comunitária do Jardim Monte Carlo, foi evidenciada uma outra configuração envolvendo práticas sexuais em troca de dinheiro nas áreas pobres de moradia das próprias meninas. Duas adolescentes, de treze e quinze anos, respectivamente, abordam homens moradores do Jardim Monte Carlo e oferecem práticas sexuais em troca de dois reais ou ainda por cigarros, assumindo claramente a troca comercial das práticas. Elas fazem parte de uma família em que outras mulheres, mãe, irmãs e primas, são prostitutas na rodovia PR-151, a alguns metros da residência. A matriarca da família tem quarenta anos, é procedente da área rural, analfabeta, e iniciou-se na atividade após a separação do marido e o abandono dos filhos, que ficaram sob sua tutela, obrigando-a “descer para a pista”, para usar suas próprias palavras. Há ainda dentro do contexto da área do Jardim Monte Carlo e da rodovia um outro grupo de adolescentes, que age de forma mais sutil, realizando as práticas sexuais em troca de presentes ou porções de drogas, camuflando, assim, de certa forma, a atividade comercial da prática sexual.



As configurações instituem redes de interdependência com inúmeros formatos, envolvendo pessoas de vários perfis, desde pessoas próximas à família até estranhos que realizam abordagens nas ruas. Nesse sentido, podemos afirmar que o fenômeno da exploração sexual comercial é plural, multidimensional, complexo e de uma grande heterogeneidade.

As dificuldades de enquadramento se devem justamente a isso. Em todas as redes há uma postura ativa e voluntária por parte da menina, vantagens materiais (que muitas vezes não são muito claras), espacialidades fluidas e uma relação profundamente assimétrica, segundo gênero, maturidade, renda e informação, envolvendo uma adolescente e um homem.

Embora o argumento desenvolvido até aqui esteja sendo construído no sentido de evidenciar as diferenças entre as práticas sexuais comerciais adultas e as de crianças e adolescentes, é preciso deixar claro que elas apresentam pontos importantes de ligação. Primeiramente, há os casos em que as crianças e adolescentes vivenciam as práticas sexuais das mulheres mais velhas da família e desenvolvem uma naturalização dessas práticas. Há ainda os casos em que uma prostituta adulta, que trabalha em locais tradicionalmente conhecidos de atividade de prostituição, é a agenciadora das meninas via telefone. Mas há também um outro aspecto importante a ser destacado, que é a infraestrutura utilizada para a realização dos programas. Apesar de haver uma prática de evitar hotéis de rotatividade e motéis, sabe-se que esses estabelecimentos evitam requisitar informações, para garantir a discrição, requisito básico para o sucesso desse tipo de negócio. Além disso, a permanência da adolescente é facilmente camuflada pela ausência de registro dos usuários, e as relações sexuais ocorrem em quartos privados. Assim, os hotéis de rotatividade e motéis constituem, também, a espacialidade das redes de interdependência.

O espaço urbano fragmentado e desigual de Ponta Grossa é articulado pela ação tática das crianças e adolescentes pobres, que instituem a cidade inscrevendo seu próprio texto urbano por meio da exploração sexual comercial. O fenômeno da exploração sexual comercial infanto-juvenil feminina ocorre numa situação flagrante de poder assimétrico, na qual as meninas que são prostituídas e aqueles que as procuram para serviços sexuais formam uma rede de interdependência.

Evidenciamos um fenômeno que se manifesta pulverizado, multifacetado e com várias escalas, numa complexa organização espacial por parte dos agentes compositores de redes de interdependências cujas táticas se viabilizam justamente no espaço do jogo, driblando as estratégias do combate à exploração sexual comercial das meninas.

O paradoxo da invisibilidade e a persistência do fenômeno da mercantilização de práticas sexuais infanto-juvenis femininas

As redes de interdependências da exploração sexual comercial infanto-juvenil têm como elemento central grupos de crianças e adolescentes pobres, prostituídas, que perpetuam, juntamente com os demais componentes, a situação de invisibilidade social. Este é o paradoxo com o qual convivemos durante toda a pesquisa. As práticas estão presentes, passíveis de serem problematizadas, ou seja, o “referente” é concreto, material e visível. Entretanto, impera o silêncio das pessoas componentes fundamentais da rede, meninas adolescentes e homens adultos, reforçado, em muitos casos, pela cumplicidade da família e pela debilidade dos registros e ações do Estado.

Nesse contexto, pudemos perceber que é importante dar atenção para os significados das “ausências e silêncios”, tal qual sugere Foucault (2006), pois é a produção da invisibilidade que permite a perpetuação da mercantilização das práticas sexuais que envolvem crianças e adolescentes. Nossas investigações de campo evidenciam a participação ativa das adolescentes envolvidas no fenômeno, que faziam práticas sexuais em troca de recompensas materiais e ainda fugiam da ação “protetora” do Estado. Contudo, ao entrevistá-las, ouvir suas histórias de vida, concepções de mundo, valores, esperanças e sonhos, não pudemos conceber suas opções sem considerar as relações de poder e sem localizá-las nos feixes de relações que construíram durante suas vidas.

O entrelaçar das pessoas nas redes de interdependência se dá numa ordem de poder heterogênea em que os indivíduos são incorporados por gênero, classe, idade e espaço, podendo resultar em inúmeras configurações, que colocam uma série de interesses em jogo e estabelecem um pacto de silêncio. O homem que compra as práticas sexuais de adolescentes requer silêncio. Ele tem consciência de que está realizando um ato ilegal e, em geral, ele deve manter sua posição como homem maduro e chefe de família. A adolescente, por sua vez, mantém a invisibilidade por várias razões. Quando está inserida na rede em que a troca não está bastante clara, cria uma representação em que se sente sedutora e desejada, condição possível para conseguir suas recompensas materiais em forma de “presentes”. Nesse sentido, ela se sente também responsável pela relação e, ao mesmo tempo, quer continuar como disponível para namorar os adolescentes de sua idade; assim, ela mantém o silêncio sobre suas práticas. No caso de a

adolescente configurar uma rede em que a relação comercial de práticas sexuais é clara, como a recompensa em forma de dinheiro, há uma intencionalidade no silêncio, para que ela alivie sua própria culpa e corresponda minimamente aos padrões de moralidade impostos pela sociedade, mesmo quando pessoas de sua família já atuam como profissionais do sexo.

É importante destacar que, embora muitas meninas naturalizem as práticas sexuais comerciais por conviverem com mulheres importantes em sua referência identitária que realizam tais práticas, as meninas constroem outros laços – vão à escola, à igreja, e acabam incorporando também valores sociais que se entrelaçam aos seus. O trecho de entrevista que se segue evidencia a contradição de uma adolescente que, apesar de conviver com a mãe prostituta, emite um julgamento moral, enquadrando as práticas sexuais como vergonhosas e repletas de culpa. Ou seja, por mais questionável que seja a moralidade sexual burguesa, cristã, as adolescentes, ao viverem em sociedade, incorporam esses valores na identidade feminina em transformação:

[...] minha mãe sempre fala pra mim “eu quero que você estude, eu quero que você fique lá, porque eu quero que você tenha futuro bom, não igual ao meu”. Daí eu penso assim, né? Eu penso assim, né? Eu vou dar este gosto pra senhora. Não vou ser igual a senhora, né? Sou desceite, né? [...] Eu ouço os outros falarem “Ah aquela mulher de bar, tem que mudá, não casa” e eu lembro de minha mãe. Daí eu penso, imagine. Que um dia eu tava com minha mãe e tava um carinho (ele) ficou me olhando. Daí falei: “olhe, mãe, ele olhou”. Ela pegou abaixou a cabeça, “aquele cara vai lá no bar tomá vinho”. É que tava com minha mãe, achou que eu era igual a ela [...] (Entrevista concedida por Sofrônia, mediante o estímulo de imagens).

O afeto entre as adolescentes e suas mães, ainda que prostitutas, implica sonhar com um futuro de melhor sorte, procurando modelos femininos de melhor inserção social, como um bom casamento ou um bom emprego. Aliás, as vivências socioespaciais dessas adolescentes colocam em risco tais projetos. Portanto, admitir a filha fazendo parte da rede de práticas sexuais comerciais é uma forma de colocar de vez a filha no destino que se quer evitar e reduzir suas chances de conseguir um bom casamento. Em geral, o silêncio é partilhado também pelos familiares.

Para o grupo social dessas meninas, ainda é comum representar as mulheres que servem para casar e aquelas que não servem para isso. Assim, a manutenção de uma imagem adequada aos padrões também auxilia no mercado do casamento, e o silêncio das práticas

sexuais comerciais é ainda a melhor tática. A centralidade da vida das mulheres da periferia é o relacionamento marital; é por meio dele que elas cumprem a função social de constituir família e, com isso, obter respeitabilidade social. O silêncio deve ser mantido, para construir uma imagem de pessoa apta ao casamento, mesmo quando as compensações materiais são claras e, muitas vezes, bem-vindas no sustento de famílias extremamente carentes.

Ocorre uma interiorização da “culpa”, o que acaba por ter um efeito mais nefasto na questão da exploração sexual comercial. Igualmente, os efeitos do poder se complementam em duas esferas justapostas. Por um lado, elas se sentem poderosas por despertarem desejos de um homem economicamente mais abastado, ou ainda, por ajudarem no orçamento precário de sua família. Todavia, isso se coloca de forma tensionada para as meninas, pois a sociedade condena a troca de práticas sexuais por dinheiro ou presentes às mulheres, condenando as que, assim, não são castas e puras. Isso é incorporado por elas, já que, como afirma Elias (1994b), engendram as visões de mundo e interiorizam os valores instituídos em seus contextos históricos e geográficos.

Há um pacto instituído nas redes de interdependências, porque os seus componentes optam por conviver com as práticas sexuais comerciais infanto-juvenis, escamoteando as consequências a serem colhidas pelas adolescentes. Ao trabalhar os dados dos vinte e nove processos que serviram de base para este trabalho, pudemos constatar que a invisibilidade era também viabilizada pelas estratégias do Estado. Nessa análise dos processos, criamos algumas categorias, para poder traçar perfis da trajetória dos casos pelas instituições, como: quem apresentou queixa sobre a adolescente pela primeira vez; qual foi o teor da queixa; qual foi o local do ocorrido; se havia envolvimento de outros membros da mesma família; coincidência com uso de drogas; e como era concebida a exploração sexual comercial no âmbito do processo.

Nos vinte e nove processos em questão, a exploração sexual comercial aparece relacionada a vinte e duas meninas. Contudo, raramente se trata da primeira queixa sobre as atitudes das adolescentes. As atitudes de rebeldia, desobediência e presença em locais indevidos são as queixas mais frequentes. Só quando o processo já está bastante volumoso é que começam a aparecer os indícios da exploração, associados à presença das adolescentes nas ruas, e em mais da metade dos casos ocorre o uso de drogas. A maioria dos processos envolve irmãos, que também sofrem com direitos violados, não necessariamente por exploração sexual.

Em 79% dos casos analisados, as adolescentes passaram pela experiência do abrigo provisório ou de longo prazo. Além disso, a média de reincidência e retorno da menina ao abrigo é de 2,1 para um conjunto de vinte e três adolescentes. O ingresso da adolescente nas instituições do Estado é devido, predominantemente, a dois elementos principais: a polícia (em 31% dos casos analisados) e a mãe (20,8%). Quando a denúncia parte das mães, é interessante notar que elas elaboram suas queixas em torno do uso de drogas e da desobediência das filhas aos horários e normas da casa. A participação da figura paterna é insignificante, e é raro uma mãe denunciar diretamente a filha por ela estar mantendo práticas sexuais em troca de recompensas materiais. A exploração sexual comercial aparece de forma sutil e coadjuvante nas demais queixas. As trajetórias de relatos familiares iniciam a queixa pela desobediência da filha às regras familiares e, crescentemente, vão sendo localizadas, com denúncias por elas estarem nas ruas, em “má companhia”, dormindo fora de casa.

Quando é a polícia quem denuncia as ações das adolescentes, há uma relação com suas presenças em locais indevidos de acordo com a lei, especificamente perambulando pelas ruas, às vezes no horário noturno. Os agentes de segurança pública também são acionados por pequenos furtos praticados pelas meninas, flagrantes de uso de entorpecentes, ou mesmo nos casos em que uma adolescente agrediu alguma colega de escola, vizinha ou outra pessoa na rua.

A escola comunica ao Conselho Tutelar as ausências prolongadas das adolescentes às aulas, e houve um caso específico em que os pedagogos comunicaram ao Conselho a “erotização precoce” de uma de suas alunas. Os dados de desobediência e de localização das adolescentes em lugares indevidos somam mais da metade dos casos. O cruzamento desses dados com as entrevistas realizadas, que ensejaram a expressão das redes de interdependências, nos permite afirmar que o fenômeno permanece invisível também no âmbito do Estado.

O Estado não consegue flagrar a exploração sexual comercial, já que os integrantes da rede se fecham em silêncio. Além disso, as instituições não conseguem captar o ato da relação sexual de forma flagrante, pois as meninas utilizam táticas como a mobilidade dos corpos, os contatos telefônicos e horários e espaços não convencionais da prostituição adulta.

Nos casos em que as táticas das meninas adolescentes são menos fluidas e dinâmicas, o Estado tem conseguido agir de forma mais eficiente, como é o caso de uma rede de exploração sexual comercial

infanto-juvenil denunciada por uma adolescente que colaborou com nossa pesquisa e acabou sendo “institucionalizada” na Casa Santa Luiza de Marillac, em Ponta Grossa, por medida de proteção, a pedido judicial, já que a adolescente passou a sofrer ameaças de morte. Segundo ela, a rede atuava em município vizinho⁸ e tinha como local de referência um bar que era frequentado e mantido por pessoas que representavam o Estado. Olívia, uma menina de treze anos de idade, evidencia a ação contraditória do Estado, que deveria proteger as adolescentes:

Naquele bar tinha policial envolvido. Esse policial, tinha as mulheres do Conselho Tutelar, que também sabiam que tinha de menor lá. Nunca ninguém dava batida lá. Quando mandavam ordem judicial eles não iam. Os policiais ligava avisando e as meninas de menor saíam, antes dos policiais da batida.[...] Na época eu acho que tava com treze anos. Daí, depois disso, eu fui prum abrigo. Eu não vim direto pra cá. E tinha até prefeito envolvido. Foi. O prefeito era um dos que frequentavam o bar. Além disso, tinha os policiais, sabe? (Entrevista concedida por Olívia, mediante o estímulo de imagens).⁹

As táticas de dispersão espacial das adolescentes, que facilmente podem ser categorizadas como desobediência ou permanência em local indevido, escamoteiam a compreensão das práticas sexuais comerciais. O trecho que se segue evidencia as táticas das adolescentes quando dormem fora de casa e o Conselho Tutelar é acionado pela mãe.

É assim aquele caso de não posá em casa. Assim com doze, treze anos. Não posá em casa. A mãe não sabe onde tá. Aí vem o Conselho Tutelar. E fala: “tava na casa de meu namorado”. A gente, entre amigos, sabe onde uma tava, outra tava. Então, elas transavam no carro. Às vezes posavam na casa dos próprios clientes do bar. Ou até mesmo viajavam com eles pra outras cidades. (Entrevista concedida por Olívia, mediante o estímulo de imagens).

O envolvimento de policiais e conselheiros tutelares em redes de exploração sexual infanto-juvenil é tema presente nos relatos colhidos durante os trabalhos de campo realizados pelo Grupo de Estudos

8 Omitimos os dados jurídicos e do município, para proteger a integridade física da entrevistada.

9 Entrevista concedida a Joseli Maria Silva em 10/5/2007, na Marillac, em Ponta Grossa.

Territoriais. Assim, os agentes, que são responsáveis pela coibição da exploração, podem também ser os integrantes da rede.

Olívia relata com detalhes as táticas usadas, como a presença dos policiais após a ronda noturna e o fechamento do bar em festas que ocorriam nos fundos do estabelecimento, com portas fechadas. Segundo ela, a proprietária da casa tinha uma lista com os turnos dos policiais de plantão. Quando ocorria de o policial plantonista não ser participante do “esquema”, as meninas com idade inferior a dezoito anos não frequentavam o bar naquela noite

Este caso, em que Olívia figura, é cada vez menos comum em Ponta Grossa, já que as ações dos Conselhos Tutelares junto a bares e boates têm inibido a presença de menores de idade. Contudo, o fenômeno permanece, por causa das táticas desenvolvidas pelas adolescentes. Elas trocaram os pontos fixos de bares e boates por fluxos de relações via telefone e mobilidade espacial, gerenciando códigos corporais que lhes possibilitam a troca comercial de práticas sexuais e o drible às ações do Estado.

O Estado, para coibir essa prática, precisa de alguém que denuncie e rompa com a rede de interdependências, o que não acontecerá se depender dos envolvidos. Assim, o Estado procura um ato flagrante ou a presença das meninas em locais claramente identificados como de prostituição adulta. Como o Estado persegue um modelo superado pelas táticas dos componentes das redes de interdependência, a invisibilidade do fenômeno permanece e é justamente ela que fortalece as práticas sexuais comerciais infanto-juvenis, que acabam aparecendo de forma paralela ou subordinada a outros “desajustes” da menina.

Como consequência, quem permanece protegido na invisibilidade é justamente aquele que paga pelas práticas sexuais das adolescentes, que explora sua pobreza e a falta do apoio familiar e das instituições sociais. Às adolescentes, cabe o abrigo e o carimbo de desajuste social, mesmo que tal abrigo seja tomado como medida de proteção por parte do Estado. É justamente Olívia, a adolescente explorada sexualmente aos treze anos de idade, que é obrigada a viver em outra cidade, separada de sua família. Ela questiona as razões das opções que as adolescentes fazem ao praticarem sexo por recompensas materiais, deixando claro que essas opções resultam de constrangimentos espaciais. A realidade dessas adolescentes é a vivência da realidade da periferia, em que outras perspectivas estão ausentes.

Então o que adolescente tem? Lá não tem curso de aprendiz, não uma coisa pra ele ganhar um dinheirinho, numa coisa que ele mesmo faça, que goste daquilo que ele faça. [...] Não basta ir lá e só puni. Acho que deveria assim ter uma coisa. [...] Sei lá, deveria trabalhar de forma diferente. [...] Por que explorar, né? Uma menina de menor, com uma vida inteira em jogo, jogando a vida pro ar num lugar desses. Mas eu acho que sei lá. Mas acho que isso não vai mudar, isso sempre vai ter. O que tem que mudar é a cabeça das meninas com relação a isso. [...] porque esse negócio de exploração sempre vai ter. Sempre vai ter um bar ou um outro ali. Sempre vai. No mesmo caso dos policiais, sempre vai ter policiais desse jeito. Sempre. É muito difícil mudar o mundo hoje. Mas é preciso mudar o pensamento das meninas, eu acho também. [...] Mas eu não posso fazer nada pra mudar. Se hoje eu tivesse oportunidade de mudar, a primeira coisa que eu faria era dar oportunidade de emprego [...] (Entrevista concedida por Olívia, mediante o estímulo de imagens).

As adolescentes protagonistas do fenômeno investigado evidenciam que não lhes cabe o papel passivo. Contudo, elas constroem suas táticas de vivência a partir de sua própria realidade socioespacial, em que puderam construir sua inteligibilidade sobre a vida, e com isso escrevem seu próprio texto urbano, para utilizar a metáfora de Duncan (2004). As redes de interdependências permanecem graças aos permanentes rearranjos espaciais plurais, e as protagonistas viabilizam sua invisibilidade de forma articulada com outros componentes da exploração sexual comercial infanto-juvenil feminina.

Parafraseando Calvino (2002) em seu livro *As cidades invisíveis*, fazemos uma pausa na busca de tornar visíveis as “nossas meninas invisíveis”, argumentando que há duas maneiras de versar sobre elas e suas experiências socioespaciais. A primeira é fácil, consiste em apenas ignorar sua existência ou concebê-las como simples vítimas passivas, retirando-as do perigo da família, das ruas, e abrigá-las em instituições do Estado. A segunda é mais complexa e exige aprendizagens contínuas, reconhecendo-as como agentes de suas táticas, viabilizadas pelo espaço geográfico. As meninas e o fenômeno que elas constituem são visíveis na medida em que lhes conferimos capacidade de ação, que pode ser direcionada para traçar novos e diferentes caminhos de existência. É na reflexão feita por uma menina de quinze anos de idade, vivendo em uma instituição de abrigo, que permaneceu até os treze anos na exploração sexual comercial infanto-juvenil feminina que encontramos possíveis palavras certas: “é preciso dar oportunidades”. Assim, as meninas fazem opções, mesmo que constrangidas por toda

sorte de carências, e se elas são ativas e criativas, há que se abrir outros espaços, quem sabe os “espaços de esperança” de que nos fala Harvey (2004).

Referências

- BUTLER, Judith. *Bodies that matter: on the discursive limits of “sex”*. London: Routledge, 1993.
- _____. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. 18. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano 1: artes de fazer*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- CORRÊA Roberto Lobato. Entrevista com o Prof. Dr. Roberto Lobato Corrêa. *Revista Discente Expressões Geográficas*, n. 1, p. 1-14, jun. 2005.
- DUNCAN, James Stuart. A paisagem como sistema de criação de signos. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Orgs.). *Paisagens, textos e identidade*. Rio de Janeiro: UERJ, 2004. p. 91-132.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Volume I: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994a.
- _____. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994b.
- FALEIROS, Eva T. Silveira; CAMPOS, Josete de O. (Orgs.). *Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes*. Brasília: CECRIA /MJ – SDH – DCA /FBB / UNICEF. 2000.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 17. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.
- GOMES, Romeu. Prostituição infantil: uma questão de saúde pública. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 10, n. 1, p. 58-66. 1994.
- _____. *O corpo na rua e o corpo da rua: a prostituição infantil feminina em questão*. São Paulo: Unimarco, 1996.
- GOMES, Romeu; MINAYO, Maria. C. de Souza; FONTOURA, Helena. A. da. A prostituição infantil sob a ótica da sociedade e da saúde. *Revista de Saúde Pública*, v. 33, n. 2, p. 2-9. abril 1999.
- HARVEY, David. *Espaços de esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- HAZEU, M; FONSECA, S. Exploração e violência sexual contra crianças e adolescentes no Pará. In: CÉSAR, M. A; LEAL, M. de F. P. (Orgs.). *Indicadores de violência intrafamiliar e exploração sexual comercial de crianças e adolescentes* (Relatório de Oficina). Brasília: CECRIA, 1998, p. 33-42.
- LEAL, M. L. P. (Org.) *A exploração comercial de meninos, meninas e adolescentes na América Latina e Caribe*. (Relatório Final Brasil). 2. ed. Brasília: CECRIA, MJ, UNICEF, CESE, 1999.
- McDOWELL, Linda. *Gender, identity and place: understanding feminist geographies*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.
- NABOZNY, Almir. Constrangimentos espaciais: a concepção legal de infância e as táticas desconstrucionistas desenvolvidas pelas profissionais do sexo. *Revista Terr@ Plural*, Ponta Grossa, UEPG, v. 1, n. 1, p. 103-113, jan./jul. 2007.

- ROSE, Gillian. *Feminism & geography: the limits of geographical knowledge*. Cambridge: Polity Press, 1993.
- SANTOS, Carlos N. F. dos. *A cidade como um jogo de cartas*. Niterói: EDUFF; São Paulo: Projeto Editores, 1988.
- SANTOS, Carlos N. F. dos; VOGEL, Arno. *Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro*. 3. ed. rev. e atual.. São Paulo: Projeto Editores, 1985.
- SELLTIZ, W. E. C.; JAHODA, Merie; DEUTSCH, Morton; COOK, Stuart. *Métodos de pesquisas nas relações sociais*. 2. ed. Brasileira (Baseada na 4. ed. Americana). São Paulo: EPU, 1987. 3 volumes.
- SILVA, Joseli Maria. Amor, paixão e honra como elementos da produção do espaço cotidiano feminino. *Espaço e Cultura*, n. 22. p. 97-109, 2007.